

HABEAS CORPUS Nº 509.858 - SC (2019/0135421-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RICARDO ALTAMIRO GARCIA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO ALTAMIRO GARCIA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento da Apelação n. 0031399-81.2013.8.24.0023.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 1 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção, em regime inicial semiaberto, em razão da prática de delito previsto no art. 147, *caput*, do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante a Corte *a quo*, que negou provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença condenatória.

Nesta via, sustenta o impetrante, em síntese, ausência de fundamentação suficiente a justificar a imposição de regime prisional semiaberto para o início do cumprimento da reprimenda, aduzindo ser cabível a sua alteração para o aberto em razão das peculiaridades do caso concreto e da quantidade da pena imposta.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja fixado o regime inicial aberto ao paciente.

A liminar foi indeferida às fls. 248-249.

Informações prestadas às fls. 255-261 e 266-304.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 262-265, pelo não conhecimento da impetração e, se conhecida, pela sua denegação.

É o relatório.

Cumpre pontuar que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

Entretanto, deve-se verificar se o caso revela constrangimento ilegal flagrante, circunstância que exige a atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal. Passa-se a análise do constrangimento ilegal alegado.

No que tange à pretensão de abrandamento do regime prisional, o Tribunal de origem manteve o modo inicial semiaberto, nos seguintes termos (e-STJ fl. 237):

*"No presente caso, além do apelante ser **reincidente**, a análise das **circunstâncias judiciais não se mostra inteiramente favorável** ao agente, permitindo concluir que a fixação do regime semiaberto ao início do resgate da reprimenda mostra-se plenamente compatível com o contexto em que o apenado encontra-se inserido."*

Na presente hipótese, verifica-se que, não obstante a pena final cominada

ao paciente seja inferior a 4 (quatro) anos, a presença de circunstância judicial desfavorável, na primeira fase da dosimetria, além da reincidência, impede a fixação do modo aberto para o resgate da sanção reclusiva, nos termos do art. 33, § 2º, alínea c, e § 3º, do Código Penal.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. FURTO CIRCUNSTANCIADO. COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE A ATENUANTE DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA E A AGRAVANTE DE REINCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU MULTIRREINCIDENTE. COMPENSAÇÃO PARCIAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PENA-BASE MAJORADA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. PENA INFERIOR A 4 ANOS. RÉU REINCIDENTE. REGIME INICIAL FECHADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE REGIME INTERMEDIÁRIO. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, § 3º, DO CÓDIGO PENAL - CP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]

3. Embora o quantum da pena (art. 33, § 2º, "c", do CP) permita, em tese, a fixação do regime aberto, a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis (art. 59 do CP) utilizada para majorar a pena-base acima do mínimo legal, bem como o fato do paciente ser reincidente, justifica a imposição de regime prisional mais gravoso, que no caso é o semiaberto, de acordo com o disposto no § 3º do art. 33 do Código Penal, bem como em consonância com esta Quinta Turma. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para fixar o regime inicial semiaberto. (HC 444.116/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 25/06/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO QUALIFICADO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º E 155, § 4º, IV, AMBOS DO CP. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. CONCURSO DE PESSOAS E CONSTATADA A REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA DO ORA AGRAVANTE. COMPORTAMENTO REPROVÁVEL. PRECEDENTES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMOU, DE FORMA ESPECÍFICA, TODOS OS FUNDAMENTOS DO DECISUM COMBATIDO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. O recurso especial foi desprovido com suporte tanto na constatada reincidência específica do agravante, como pela qualificação do furto, diante do reconhecimento do concurso de pessoas. Não houve nenhuma impugnação a esse último fundamento.

2. A insurgência não merece prosperar, haja vista o agravante não ter atacado de forma específica todos os fundamentos da decisão agravada, incidindo, no caso, a Súmula 182/STJ.

3. Como tem reiteradamente decidido esta Corte, em obediência ao

princípio da dialeticidade, os recursos devem impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurgem, sob pena de vê-los mantidos (AgRg no AREsp n. 1.234.909/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 2/4/2018).

4. Nos termos da Súmula 182 desta Corte, é manifestamente inadmissível o agravo regimental que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão confrontada (AgRg no AREsp n. 1.056.485/ES, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 2/4/2018).

5. Não merece reparos o regime carcerário determinado pelas instâncias ordinárias, porque, ainda que imposta uma reprimenda privativa de liberdade, fixada de forma definitiva, em um patamar aquém de 4 anos de reclusão, diante da constatada reincidência do agravante, escoreita a imposição do regime semiaberto, conforme disciplina o art. 33, § 2º, c, do Código Penal.

6. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no REsp 1732085/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 06/06/2018)

Desse modo, estabelecida a pena em patamar inferior a 4 (quatro) anos, mas sendo o réu reincidente, além de ostentar circunstância judicial desfavorável, proporcional a manutenção do regime inicial semiaberto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não conheço do habeas corpus.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator